



REUNIÕES SETORIAIS

representa 

CICLO 2024

Resolução Bacen 4966/21

Convergência ao IFRS9 no Brasil e desafios

07/2024

02/2017

RES. CMN Nº 4966/21

O IASB editou em Jul/14 o “**IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**”. Em resposta a **crise de 2008**, no qual o **G20** recomendou a emissão de normas mais robustas, principalmente relacionadas aos critérios de **constituição de provisão para perdas de crédito**.

Em Fev/17 o BCB aprovou o **projeto estratégico de “Contabilidade de Instrumentos Financeiros - Convergência Internacional”** e inseriu o tema na Agenda BC+, relativo ao pilar SFN Mais Eficiente.

02/2018

BCB emitiu o **Edital de Consulta Pública 60/2018, de 22 de fevereiro de 2018**, que divulgou propostas de atos normativos dispondo sobre critérios contábeis **para constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**.

01/2018

Adoção inicial do IFRS 9, à partir de 01/01/2018. Para as Instituições Financeiras no Brasil, a adoção foi **necessária para as IF’s que divulgam DF em IFRS** [(i) cias abertas; (ii) sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria; e (iii) sejam constituídas sob a forma de companhia fechada e sejam líderes de conglomerado integrado por instituição constituída sob a forma de companhia aberta.

08/2017

BCB emitiu o **Edital de Consulta Pública 54/2017, de 30 de agosto de 2017**, que divulgou propostas de atos normativos dispondo sobre os **critérios para classificação, mensuração e reconhecimento de instrumentos financeiros**.

09/2018

BCB emitiu **Edital de Consulta Pública 67/2018, de 5 de setembro de 2018**, que divulgou proposta de ato normativo dispondo sobre critérios contábeis para a designação e o registro das relações de proteção (contabilidade de hedge).

RES. CMN N° 4966/21



11/2021

Emissão em 25 de novembro de 2021 a da **Resolução CMN 4.966**, com vigência à partir de 01/01/25, que dispõe sobre os **conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros**, bem como para a **designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge)**;



06/2022

Emissão em 23 de junho de 2022 da **Resolução CMN 5019** que trouxe alterações na Res. 4.966/21. Quanto à disposição e elaboração do Plano de Implantação da Res. 4.966/21.

01/2025

Início da vigência das disposições sobre a aplicação dos **novos conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros**.



08/2023

Emissão em 24 de agosto de 2023 da **Resolução CMN 5100**, que trouxe alterações na Res. 4.966/21, definição de operações como características de operações de crédito, avaliação da materialidade para TEJO, prorrogação das exigências do tema de hedge accounting para o ano de 2027, entre outras disposições a respeito da norma de 2021.



03/2023

Emissão em 28 de março de 2023 da **Resolução BCB 309**, que estabelece procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.



12/2022

Lei 14.467/22, que dispõe sobre tratamento tributário aplicável as perdas incorridas de crédito.



10/2023

Emissão em 16 de outubro de 2023 da **Instrução Normativa BCB 414**, que altera o leiaute do documento 3040 – Dados de Risco de Crédito.



11/2023

Emissão em 23 de novembro de 2023 da **Resolução BCB 352**, que revoga a RBCB 309/23 e RBCB 219/22, **pois incorpora, altera e complementa as referidas resoluções**, como incluiu novas disposições e o **capítulo IV a respeito da autorização de utilização do modelo completo de apuração de perdas esperadas**.



12/2023

Emissão em 01 de dezembro de 2023 das **Instruções Normativas BCB 426 a 433**, disposições relativas ao **elenco de contas do Plano Contábil da Instituições Reguladas pelo Banco Central (COSIF)** a partir de 2025.

Classificação de Instrumentos Financeiros

Taxa Efetiva de Juros

Suspensão de juros pelo ativo problemático

Metodologias de apuração de perdas esperadas sobre instrumentos financeiros

Renegociação e Reestruturação de instrumentos financeiros

Alteração nas demonstrações financeiras (evidenciação e divulgação de instrumentos financeiros)

Resolução Bacen 4966/21

Principais Temas

Principais Temas:



DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

- **Revisão da arquitetura dos sistemas legados:** devido a novas demandas da norma os dados mínimos são revisitados e requer que os sistemas sejam revistos e em certos casos atualizados para prover os dados em outra formatação e disponibilidade. Esse conceito traz então maior complexidade de reconciliações.
- **Novos planos de contas e nova rotina de lançamentos contábeis:** com novas divulgações os planos contábeis devem ser revistos para a contabilidade destas informações seja que o plano de contabilização seja possível de rastreabilidade. Além disso, as informações devem ser revisitadas, como a sua periodicidade.
- **Nova estrutura de divulgação:** as normas contábeis são casadas com um complemento de divulgações que destaca novas notas explicativas, que trazem ao leitor maior explicabilidade.
- **Impostos:** revisando instrumentos financeiros implica-se em impactos na receita e, por isso, as mesmas são casadas com novas regulamentações observadas pelo regulador local.
- **Alto envolvimento de premissas e julgamento nos processos de cálculos:** a nova norma é classificada como norma de gestão e, por isso, as metodologias acerca dos temas mínimos são desenhadas para absorver o comportamento dos produtos, o que exige maior formalização para mitigar subjetividades e complexidades quantitativas.
- **Ampla transformação organizacional:** uma vez mapeado os planos de ação se observa a amplitude das normas que demandam mudanças complexas em sistemas, pessoas, metodologias, processos e controles.



- **Harmonização de layout de dados:** as normas contábeis demandam dados com tratamentos diferentes dos anteriores e, além disso, novos dados contábeis demandam a constituição de informações.
- **Disponibilização dos dados em maior periodicidade e granularidade:** devido as novas regras de divulgação e a atualização de cálculo de portfólio é necessário que os dados sejam disponibilizados de formas diferentes e com formatos específicos.
- **Redesenho de processos e de matriz de riscos:** com novas metodologias, conceitos, layout de dados e de sistemas é necessário que toda matriz de riscos seja revista bem como o mapeamento de processos seja revisado.
- **Análises e Controles manuais em planilhas Excel:** devido a dificuldade de atualização de todos os sistemas legados, uma análise holística em alguns casos as instituições possuem necessidade de desenvolver análises manuais e seus controles, por isso, Essa atitude causa necessidade de maior controle e supervisão.
- **Equipes multidisciplinar:** mesmo que seja uma norma nova, a norma impacta diversas áreas da instituição, sendo necessário desenvolver office, produtos, controles internos, processos, riscos e supervisão.
- **Capacitação contínua:** as normas trazem demandas que as metodologias anteriores, ou seja, é necessário que sejam necessários conhecimentos de forma contínua para absorção dos novos produtos.
- **Contratação e retenção de profissionais:** devido às normas possuírem alta complexidade a tendência é que os profissionais que atuam diretamente

PRINCIPAIS IMPACTOS

- Avaliação das mudanças aplicáveis a cooperativa e elaboração de mapa com as principais mudanças contábeis.
- Avaliação do cenário atual da cooperativa e os pontos de adequação aos normativos relacionados a Res. 4.966/21;
- Elaboração de Planos de Ação referente a cada tema da norma, com os impactos em processos, governança e tecnologias/sistemas.

IMPACTOS NOS SISTEMAS



- Definições de regras de negócio e elaboração/atualização de políticas; (modelo de negócios, SPPJ, TEJ, Ativos problemáticos, recuperações e reestruturação...)
- Adequações do plano de contas COSIF Fase 1 (2025);
- Ajustes decorrentes da mudança contábil (balanço de abertura);
- Plano de comunicação e treinamentos.
- Avaliação dos modelos de perdas (Simplificado=S4/S5; Completo= demais segmentos)

IMPACTOS FINANCEIROS E CONTÁBEIS



PLANEJAMENTO

- Identificação dos sistemas utilizados que serão impactados pelo normativo, sistemas que originam e/ou controlam: os instrumentos financeiros da Instituição, os regulatórios contábeis, de riscos e os fiscais;
- Avaliação com os fornecedores dos sistemas mapeados das ações para adequação regulatória.
- Avaliação das ações de adequações tecnológicas sob responsabilidade da cooperativa. (Sistemas, Integrações, Infra de TI, Arquitetura...)
- Elaboração e Execução de Plano de implantação tecnológico: Desenvolvimentos, homologações, testes e estratégias de transição;



IMPACTOS EM: PROCESSOS/GOVERNANÇA/METODOLOGIAS/NEGÓCIOS

- Simulações de cálculos para os impactos da mudança contábil (balanço de abertura), efeito retroativo da norma.
- Avaliação dos impactos no PL.
- Simulações de cálculos para os impactos da mudança contábil a partir de 2025 (efeitos prospectivos da norma).
- Avaliação dos impactos nos resultados.

1

Estabelecer Plano de Implementação

- Determine a linha do tempo dos principais temas da norma.
- Combine as ações de processos com os desenvolvimentos tecnológicos.
- Estabeleça período de homologação.
- Esse plano precisa ser visual e conhecido por todos.
- Avaliar a necessidade de consultoria técnica ou de tecnologia.

Exigência do BCB

2

Governança e Gestão do Plano PMO

- Desdobre as ações de cada etapa do projeto. Roadmap do projeto
- Defina responsabilidades, ponto focal de implantação da norma, reuniões periódicas... Isso garante o envolvimento dos responsáveis.

3

Investimentos e Impactos Financeiros

- Realize o orçamento dos investimentos necessários para implantação (sistemas, tecnologias, consultorias)
- Realize simulações periódicas dos impactos do normativo.
- Avalie as ações necessárias para a sustentabilidade financeira da cooperativa após a implantação (seja pelas mudanças contábeis ou pelos investimentos necessários para adequação)

4

Negócios e sustentabilidade financeira

- Avaliação dos impactos no balanço de abertura e resultados a partir de 2025.
- Avaliação das estratégias de negócios para sustentabilidade da cooperativa.
- Definição de plano de ações para suportar os impactos iniciais da mudança contábil.
- Definição de plano de ações para as estratégias de negócios da cooperativa.

5

Capacitações/Treinamentos/GMO

- Desenvolver os profissionais das diversas áreas técnicas.
- Estabelecer e realizar ações de gestão de mudanças, sensibilizando as equipes das mudanças e dos impactos produzidos pela norma.

6

Grupos Técnicos e Bench's.

- Explorar as redes de contatos para discussões técnicas.
- Estabelecer grupos multidisciplinares na cooperativa.

Grupo Técnico Res. 4.966

Câmara Temática Assuntos Contábeis e Fiscais

Criado desde Outubro/23

Composto por substancialmente por integrantes das áreas de contabilidade e riscos, dos sistemas cooperativo e pelo representante das cooperativas independentes.

O que já fizemos:

- Já ocorreram até o momento 9 (nove) reuniões;
- Realizamos a consolidação de questionário com 15 dúvidas técnicas de riscos para envio ao BCB.
- Realizamos pesquisa sobre o status da implantação da Resolução entre os sistemas cooperativos e cooperativas independentes.
- Junto a Câmara Temática de Estrutura de Capital foi levantada a preocupação sobre a provisão de saldos de Centralização Financeira e o impacto nos sistemas cooperativos do desenvolvimento de dois modelos de apuração de perdas. Origem de dois pleitos ao BCB.
- Reuniões com o Banco Central a respeito da norma (em dez/23 e abr/24).
- Finalizando a consolidação das respostas obtidas com o BCB do questionário de dúvidas técnicas;
- Workshops com as cooperativas independentes (outubro/23 e abril/2024) a respeito do tema, com a parceria da consultoria BIP.

Obrigado(a)!



sistemaocbes

ocbes.coop.br



Sistema**OCB/ES**

FECOOP/SULENE | OCB/ES | SESCOOP/ES

somos**coop**